

Educação sexual em uma escola pública de Juazeiro do Norte/CE: percepção dos adolescentes

Glauberto da Silva Quirino
João Batista Teixeira da Rocha

RESUMO

Estudo de natureza quanti-qualitativa, realizado com 67 estudantes de 15 a 19 anos do Ensino Médio de uma escola pública do Estado do Ceará, cujo objetivo foi identificar a abordagem de professores(as) acerca da educação sexual no espaço escolar segundo a percepção dos adolescentes. Os dados foram coletados em janeiro e fevereiro de 2010, mediante aplicação de questionários com perguntas objetivas e subjetivas aplicados em sala de aula. As informações foram submetidas ao método do Discurso do Sujeito Coletivo, da qual emergiram três temas: ausência de abordagem sobre as questões sexuais; rara abordagem sobre o assunto; frequente abordagem e esclarecimento sobre o assunto. Constatou-se que a abordagem ainda se localizava, predominantemente, nas ciências biológicas, pautadas na prerrogativa da prevenção das infecções sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência. Percebeu-se, ainda, dificuldade de prática docente transversal e interdisciplinar.

Palavras-chave: Educação sexual. Ensino fundamental e médio. Ciência.

Sex Education in a Public School of Juazeiro do Norte-CE: Adolescent's Perception

ABSTRACT

Quantitative study carried out with 67 secondary education students, between 15 and 19 years-old of a public school of the State of Ceará, with the objective to identify teachers' approach on sex education in the school environment according to adolescents' perception. Data was collected in January and February 2010, through questionnaires containing objective and subjective questions applied in the class room. Information was submitted to Collective Subjects Discourse method, where three themes were identified: no approach on sex matters; rare approach on the matter; frequent approach and explanation on the matter. It was verified that the approach is still located mainly in biological sciences, ruled in the prerogative of preventing sexually transmitted infections and teen pregnancy. It was also noticed the difficulty of a cross-sectional and interdisciplinary educational practice.

Keywords: Sex Education; Education, Primary and Secondary; Science.

Glauberto da Silva Quirino é Doutor em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS). Professor Assistente da Universidade Regional do Cariri. Membro do GRUPESC, linha de pesquisa: Sexualidade e reprodução e sua interface com a Enfermagem no cuidado individual e coletivo (URCA). Endereço para correspondência: Rua São Benedito, 2149, Limoeiro, CEP 63020-080, Juazeiro do Norte, CE. E-mail: glaubertoce@hotmail.com e glaubertoquirino@yahoo.com.br

João Batista Teixeira da Rocha é Orientador. Pós-Doutor pelo Departamento de Bioquímica Médica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (UFSM-RS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1A. E-mail: jbtrocha@yahoo.com.br

Acta Scientiae	Canoas	v. 14	n.1	p.115-131	jan./abr. 2012
----------------	--------	-------	-----	-----------	----------------

INTRODUÇÃO

A erotização do corpo, caracterizada pela provocação do outro, em que a suscitação não necessita dar-se de forma intensa e corpórea, remetendo-se à sexualidade e ao aumento do erotismo, tem sido aspecto discutido na atualidade, principalmente, depois que os artefatos midiáticos começaram a utilizar argumentos de erotização precoce (SANTOS, 2010). As mídias desempenham papel de produtoras e difusoras de ideias, valores e crenças. Estas aumentaram o conteúdo sexual e reforçaram o paradigma dominante, perpetuando as diferenças e desigualdades de gênero, preservando o *status quo*, marcadamente sexista (MIGUEL; TONELI, 2007).

Há quatro dimensões da influência da massa midiática sobre a sexualidade e erotização do corpo: exposição ao meio em si; recorrente e sistemática ao conteúdo mais geral da mensagem; a conteúdos específicos de valores, normas e modelos comportamentais; e a conteúdos voltados para a regulação da fecundidade. Embora a televisão, como principal representante dos artefatos midiáticos, tenha separado a reprodução da sexualidade, reforça e amplia o papel da mulher como objeto sexual e a mantém em posição subordinada (FARIA, 1989).

Nesse sentido, a estimulação precoce da sexualidade através de canais midiáticos, segundo Santos (2010), pode ter consequências a médio e longo prazo, como: sexarca precoce, risco aumentado de gravidez não planejada e exposição às infecções sexualmente transmissíveis (IST), distúrbios alimentares, baixo desempenho escolar, depressão e banalização do sexo. Essas repercussões biopsicossociais podem, potencialmente, provocar desarranjos sociais, familiares, orgânicos e culturais.

Portanto, postula-se a necessidade de intervenção médica e pedagógica sobre a sexualidade e a possível vulnerabilidade desse grupo, especialmente para a gravidez na adolescência. Conforme Almeida e Hardy (2007), essa vulnerabilidade provém da visão tradicional dos papéis sociais de gênero aprendidos desde a infância na busca pela identidade e pelo exercício da sexualidade. Entretanto, é no contexto de mudança do papel social feminino que a gravidez na adolescência alcança destaque, uma vez que não há elementos demográficos suficientes que sustentem o argumento de incremento do número de casos e a reprodução juvenil se configura em um contexto de mudança cultural que envolve novas expectativas sociais, bem como a retração da fecundidade em mulheres de idade mais elevada (CARRARA et al., 2009).

Esse processo, ainda, é marcado pelo paradigma reducionista que entende a sexualidade humana como algo restrito à genitalidade e, conseqüentemente, dependente da função sexual e reprodutiva, cujo corpo é caracterizado pelo aspecto físico sem considerar a construção sociocultural, o que estimula a ruptura epistemológica desse modelo. Para Vieira (2002), a função sexual e a sexualidade estão associadas a fatores biopsicossociais, nos quais o sexo se torna cada vez menos verdade biológica e mais uma realidade sociocultural, refletindo aquilo que a sociedade fez dela ou do que foi obrigada a fazer, impondo aos indivíduos que vivenciem a sexualidade, segundo normas, valores e regras construídos ao longo do processo histórico e cultural.

Dentro dessa perspectiva, Foucault (2009, p.42) afirma que é uma característica das sociedades modernas incentivarem o discurso sobre o sexo, entretanto, valorizando-o como “o segredo”. Tendo a sexualidade sofrido duas rupturas: uma no século XVII, através das grandes proibições, mantendo-a no matrimônio, contenção para o corpo e pudores; a outra, no século XX, em que mecanismos de coerção teriam começado a afrouxar. Entretanto, como o sexo escapava da instituição eclesiástica, através da pedagogia, da medicina e da economia, transformou-se em negócio de Estado, em que, todo corpo social e indivíduos eram convocados a se porem em vigilância, culminando no ordenamento da tecnologia do sexo em torno da instituição médica (FOUCAULT, 2009).

Nesse contexto, sociocultural e de ordenamento, está inserida a escola, em que professores têm convivido com o crescente assédio discursivo de orientação pedagógica sobre temas relativos à sexualidade de adolescentes, como, início da vida sexual, gravidez na adolescência, infecções sexualmente transmissíveis, incluindo HIV/Aids e diversidade de orientação sexual. Essas demandas chegam à escola e esta, ao desempenhar seu papel social, deve desenvolver ações conjuntas com educadores, alunos e família na consecução de formação crítica, reflexiva e educativa e, assim, atingir a premissa básica de formar cidadãos reflexivos.

Isso faz com que parcela da sociedade reconheça que a sexualidade tem um lugar estabelecido na escola, em que a mesma é consolidada em torno da ideia de prevenção da Aids e da gravidez (CÉSAR, 2009). A partir dessa prerrogativa, o tema orientação sexual¹ foi introduzido nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental como tema transversal, pois, para que haja educação para a cidadania, as questões sociais devem ser apresentadas para a aprendizagem e reflexão dos estudantes, buscando tratamento didático que contemple sua complexidade e dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais, incluindo as dimensões biológica, psicológica, social e os fatores culturais que intervêm nessa construção (BRASIL, 1998).

Em vista disso, as diversas áreas do conhecimento, que são ministradas no espaço escolar, precisam voltar seus olhares para a questão da sexualidade e educação sexual. Fato desafiador, uma vez que, em geral, a introdução desses temas acontece na adolescência, período de transição entre a infância e a vida adulta, sendo que, do ponto de vista cronológico, compreende a idade dos 10 aos 19 anos, e, do ponto de vista emocional e cultural, é marcada por sentimentos de emancipação, descobertas e desafios (BRASIL, 1989).

Embora haja necessidade de introdução da discussão de questões referentes à sexualidade, na prática, educadores e pais ainda parecem apresentar dificuldades em abordar o tema com adolescentes jovens. Assim, a escola não consegue integrar os diferentes saberes no debate, o que pode ser constatado pelo fato de se acreditar que, no interior do espaço escolar, as ciências da natureza, como a Biologia, seja capaz de

¹ O termo orientação sexual é utilizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais para designar as possíveis intervenções educativas que a escola produz sobre a sexualidade e não ao direcionamento do afeto no exercício da sexualidade em relação a outro sujeito. Prefere-se nesse sentido utilizar o termo educação sexual à orientação sexual.

reunir condições para atender às demandas dos adolescentes em relação à sexualidade (ALENCAR et al., 2008).

A sexualidade, em sentido mais amplo, é meio de emancipação que pressupõe a autonomia de ação do adolescente e em nada se assemelha à permissividade. A possibilidade de gerir atitudes e escolhas favorece a instituição de uma ética de vida pessoal, que estimula o desenvolvimento do respeito e reconhecimento de si próprio e do outro, como sujeitos, sendo construída nas relações sociais, das quais tem como atores fundamentais os grupos primários de origem dos adolescentes. Nessa perspectiva, Brandão e Heilborn (2006) inferem que a sexualidade é conceito oriundo das ciências sociais, em que é expresso um conjunto de regras socioculturais que modelam a experiência sexual das pessoas no ocidente moderno. Sugerem, ainda, sua articulação com o gênero, entendido como sistema classificatório social, no qual organiza contrastivamente os atributos masculinos e femininos em uma dada sociedade. Para Foucault (2009), ela é dispositivo histórico, através do qual age uma rede de superfície, em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências estão imbricadas, segundo estratégias de saber e poder.

No entanto, às vezes, o conceito de sexualidade limita-se à atividade sexual. Nesse sentido, Taquette e Vilhena (2008) referem que a atividade sexual é o envolvimento dos órgãos genitais e acontece em geral durante a fase da adolescência. Os autores mencionam ainda que, com o advento da puberdade, há intensificação do sentimento sexual e ocorrem transformações que conduzirão a vida sexual infantil à constituição adulta. Entretanto, mesmo que a atividade sexual tenha marcadores biológicos, estes são carregados de simbolismos e representações culturais, sendo construídos e significados pelo contexto sociocultural.

Como realidade essencialmente humana, a sexualidade não pode permanecer como assunto restrito das ciências biológicas, valorizando os aspectos físicos e hábitos saudáveis, em discurso essencialista. Não se pode tratá-la ao nível do senso comum, expondo concepções superficiais e pessoais como verdadeiras, acabadas, adotando seus valores como universais, enfim, abordando a sexualidade de maneira simplista, primária e, sobretudo, empírica (JARDIM; BRÊTAS, 2006).

No entanto, é necessário conhecer as demandas das pessoas e suas experiências para aliar teoria e prática pedagógica emancipadora, cujos diversos atores sociais possam dialogar, em processo de negociação, para que alcancem educação crítica e reflexiva, em que o processo ensino-aprendizagem para a cidadania seja efetivo e os diversos saberes se coadunem para a consecução desse objetivo.

Mediante o exposto, considerando a pressão social e curricular para abordagem de questões que envolvem a atividade sexual e sexualidade no espaço escolar e que o enfoque de professores acerca da educação sexual no espaço escolar necessita de ação conjunta entre os diversos integrantes dos cenários sociais que envolvem os adolescentes, em uma perspectiva cultural que considere as realidades e vivências pessoais dos jovens, cogitamos sobre a abordagem de professores acerca da educação sexual no espaço escolar,

segundo a percepção dos adolescentes, alunos do Ensino Médio de uma escola pública do Estado do Ceará, Brasil.

A partir dessa cogitação, este estudo objetivou identificar a abordagem de professores acerca da educação sexual no espaço escolar, segundo a percepção dos(as) adolescentes. Ademais da identificação dessa abordagem, o estudo tentou caracterizar os sujeitos do ponto de vista social e sexual, visto que a compreensão da realidade sociocultural local, atitudes e valores constituem ferramenta fundamental para o planejamento de iniciativas no campo da prevenção e promoção da saúde e educação, interferindo diretamente nas diretrizes políticas dos setores saúde e educação, e nas iniciativas de proteção e promoção dos direitos humanos (PAIVA; ARANHA; BASTOS, 2008).

A perspectiva sociocultural permite entender o processo de construção da subjetividade dos sujeitos, os fatores determinantes do universo social, as representações e práticas cotidianas, elementos fundamentais para o respeito à individualidade e cuidado/educação, centrado no sujeito, além de instrumentalizar os educadores e direcionar suas práxis e políticas.

PERCURSO METODOLÓGICO

Estudo descritivo, com abordagem quanti-qualitativa, o qual possibilitou melhor compreensão acerca do tema pesquisado, contribuindo para maior apreensão do problema (LEOPARDI, 2001).

A pesquisa foi realizada em uma escola de Ensino Fundamental e Médio pertencente à rede estadual do município de Juazeiro do Norte – CE, na qual se encontravam matriculados(as) 1.485 estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio regular, distribuídos em três períodos: manhã, tarde e noite. No período da manhã, funcionavam 11 salas, duas classes de Ensino Fundamental e nove classes de Ensino Médio; no período da tarde, nove salas, uma classe de Ensino Fundamental e oito classes do Ensino Médio. No período da noite, 11 salas, do Ensino Médio.

O quadro docente da escola era composto por 17 professores efetivos e 21 professores temporários, além de 15 servidores que desempenhavam funções técnicas e administrativas.

Para composição da população, selecionamos aleatoriamente uma turma de cada série do turno matutino, constituindo 88 estudantes do ensino médio. A amostragem foi sistemática, sem reposição e composta por 67 estudantes, o que correspondeu a 76,1% da população. A seleção dos sujeitos obedeceu aos seguintes critérios de inclusão: ser adolescente (idade entre 10 e 19 anos) e estar regularmente matriculado no Ensino Médio do turno matutino; para exclusão: não ser adolescente, não informar a idade no questionário, ter faltado à aula no dia da coleta de dados e preencher informações contraditórias que impossibilitavam a análise.

A obtenção de dados ocorreu mediante aplicação de questionários com questões abertas e fechadas. Antes do início da coleta, solicitamos a anuência da equipe diretiva

da escola e dos professores sobre a entrada em sala de aula e disponibilizamos cópia do projeto de pesquisa. O objetivo da pesquisa foi esclarecido para os alunos, e em seguida lhes solicitamos o preenchimento dos questionários. Os questionários foram distribuídos, lidos e orientados quanto à resolução. Ressaltamos a garantia do anonimato para todos.

Os dados das questões fechadas foram organizados com o auxílio do programa *Epi-Info* versão 3.5.1, dos quais compuseram um banco de dados e, posteriormente, foram analisados de forma interpretativa respaldados pela literatura. Para organização da questão subjetiva, optamos por empregar o método do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, com o objetivo de resgatar o conjunto de pensamentos e sentimentos expressos pelos jovens sobre a seguinte pergunta: o que você poderia dizer sobre a forma como seus professores abordam as questões sexuais em sala de aula?

De acordo com o método DSC, a informação contida no discurso deve ser analisada em leitura inicial e classificada por expressão-chave (E-Ch), que representa as principais respostas para a questão de interesse. A partir desta identificação, estas E-Ch são agrupadas, compondo um conjunto de pensamentos ou ideias que a coletividade de jovens expressou sobre a pergunta formulada. Uma nova leitura e análise das E-Ch permite a identificação de ideias centrais (IC), que são reunidas por sua semelhança, formando os discursos coletivos. Os textos originais são assim decompostos por expressões (E-Ch) de maior interesse de análise e, em seguida, categorizados por afinidades de sentido (IC) e reunificados em discurso construído em primeira pessoa do singular, que expressa o pensamento coletivo sobre o tema (LEFÈVRE; LEFÈVRE; TEIXEIRA, 2000; LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Caracterização social e sexual dos(as) adolescentes

A importância de realizar a caracterização sociocultural dos estudantes consiste na possibilidade que determinados fatores têm, como religião, escolaridade e relações familiares, de uma maneira geral, os grupos aos quais as pessoas pertencem, de afetar fortemente suas atitudes, crenças e valores sobre a sexualidade (PAIVA; ARANHA; BASTOS, 2008). Além disso, para Brandão e Heilborn (2006), a discussão que se processa em torno da sexualidade e reprodução de adolescentes não deve ocorrer de forma isolada do contexto sociocultural no qual esses(as) jovens estão inseridos(as), em que tal contexto modela as relações sociais destes.

No grupo estudado, a idade variou de 15 a 19 anos, com média de 17 anos, em sua maioria, do sexo feminino (80,6%). Em relação à faixa etária, os jovens encontravam-se nos parâmetros preconizados para o Ensino Médio, que corresponde, no caso do Brasil, ao intervalo compreendido entre 15 e 18 anos, com uma pequena parcela desviando desses critérios (CARNEIRO, 1998). No tocante ao estado civil e religião professada, os(as) adolescentes se declararam solteiros(as) (95,5%) e católicos(as) (68,7%). A renda

familiar mensal foi superior a um salário mínimo vigente de R\$ 510,00 (44,8%). Viviam em média com cinco pessoas em casa própria (73,1%).

Os resultados mostraram predomínio de adolescentes do sexo feminino, com percentual superior ao encontrado em outros estudos, que variaram de 52,3 a 61,2% (GUIMARÃES; VIEIRA; PALMEIRA, 2003; BORGES; SCHOR, 2005; MARTINS et al., 2006). Esse fato pode estar relacionado à maior evasão escolar e menor procura do sistema educacional por parte dos adolescentes do sexo masculino, ou, ainda, como a pesquisa foi realizada no turno matutino, os referidos estudantes podem estar concentrados em turnos que favoreçam o ingresso no mercado de trabalho, como o noturno.

Na amostra estudada, variáveis como estado civil e religião apresentaram-se com proporções semelhantes aos resultados encontrados por outros(as) autores(as), com percentuais de 91% para solteiros e 57,3 a 61% para católicos (GUIMARÃES; VIEIRA; PALMEIRA, 2003; MARTINS et al., 2006). Em inquérito de base populacional sobre opiniões e atitudes em relação à sexualidade, constatou-se que na medida em que a escolaridade e a renda familiar aumentavam, o sexo alcançava importância como fonte de prazer e decrescia como função reprodutiva e prova de amor. Quando se avaliou a religião, comprovou-se que os cristãos valorizavam o sexo reprodutivo além do prazer e os adeptos de religiões afro-brasileiras valorizavam mais o prazer (PAIVA; ARANHA; BASTOS, 2008).

As categorizações culturais estabelecidas pelos diversos estratos sociais apresentados nesta pesquisa podem influenciar diretamente o perfil sexual dos estudantes, assim como suas relações com o processo ensino-aprendizagem no espaço escolar. Em geral, os estudantes provêm de estratos sociais mais baixos, cujo contexto social e econômico é desfavorável e o acesso e a permanência escolar tornam-se difíceis. Nem sempre a estrutura familiar e suas relações favorecem a manutenção de espaço democrático, que se experencie a liberdade para o diálogo aberto entre os membros do mesmo núcleo familiar.

Quanto à caracterização sexual dos sujeitos da pesquisa, 44,8% relataram vida sexual ativa, dos(as) quais, a maioria era do sexo feminino (70%). Entre as mulheres, 38,9% eram sexualmente ativas, e entre os homens, 69,2% declararam atividade sexual, sendo que iniciaram suas práticas sexuais em média com 15 anos de idade e faziam sexo sem periodicidade certa (66,7%), na modalidade vaginal (63,3%) e nunca tiveram experiências homoafetivas e/ou homoeróticas (98,5%).

Neste estudo, quase a metade dos(as) adolescentes relatou ter vida sexual ativa, a maioria do sexo feminino, no entanto, a proporção de mulheres sexualmente ativas mostrou-se menor. Este fato é corroborado pela pesquisa de Borges e Schor (2005), em que 54,1% das jovens haviam iniciado sua vida sexual. Esse achado pode estar relacionado ao fato de as normas sociais que estabelecem a entrada na vida sexual adulta serem diferenciadas para meninos e meninas, ocorrendo descompasso entre elas, gerando preocupação para as meninas a perda da virgindade, por esta se localizar como ritual de passagem e perda de uma condição sexual para a aquisição de outra, promovendo repercussão social (ALTMANN, 2007a).

O início precoce da vida sexual foi confirmado nesta pesquisa, fato comprovado por outros estudos, os quais afirmaram que, no Brasil, a partir do fim da década de 1990, houve tendência de antecipação da sexarca, em ambos os sexos, variando entre 15,13 e 17,5 anos (BORGES; SCHOR, 2005; MARTINS et al., 2006; CARVACHO; SILVA; MELLO, 2008). Borges e Schor (2005) destacam que embora a sociedade brasileira, tradicionalmente, tenha estimulado os jovens do sexo masculino à iniciação de práticas sexuais mais cedo do que as adolescentes do sexo feminino, atualmente, a idade de início é quase homogênea, com tendência à estabilização desses valores nos próximos anos.

Entretanto, para Brandão e Heilborn (2006), a iniciação sexual não se limita à primeira relação; trata-se de longo percurso de aprendizado da sexualidade, assim como a internalização das censuras parentais e sociais, permeado por carícias íntimas, descoberta do próprio corpo e do corpo do parceiro, conversas, dúvidas e medos, revelação de sensações e sentimentos novos. Para o grupo pesquisado, a atividade sexual era cadenciada pela relação genital e o entendimento de sexo ainda ocorria no âmbito da penetração vaginal.

No exercício da sexualidade, as marcas das desigualdades de gênero são reconhecidas, na medida em que os homens podem praticá-la livremente, em estreita relação com a ausência de controle do desejo sexual, em que a heterossexualidade normativa aparece como algo natural e socialmente desejada, contrapondo-se à homossexualidade que tem sido representada negativamente ou sobre ela prevalecido o silêncio (ALMEIDA; HARDY, 2007; FURLANI, 2008).

Os adolescentes relataram sempre usar camisinha em suas relações sexuais (56,7%); no entanto, a maioria não usa ou usou qualquer tipo de método anticoncepcional (73,1%), os demais citaram a pílula do dia seguinte como método contraceptivo mais frequente (26,6%). A maioria das adolescentes nunca engravidou (92,5%). As relações desiguais de gênero associadas à maior imprevisibilidade das relações sexuais, ao acesso aos serviços de saúde e acervo terapêutico e à vulnerabilidade à dominação masculina, permitem que os comportamentos contraceptivos dos adolescentes sejam marcados por dificuldades (BRANDÃO; HEILBORN, 2006; ALMEIDA; HARDY, 2007).

Embora os adolescentes relatem sempre usar o preservativo, inferimos que este não é compreendido como método contraceptivo, o que, possivelmente, demonstra como os jovens incorporaram os ensinamentos escolares sobre a necessidade do uso da camisinha, sendo essa atividade subordinada à obrigatória prática de proteção. Entretanto, é possível afirmar que esses relatos estejam no plano discursivo, embora no plano operacional a preocupação com a doença seja superada pelo medo da gravidez (ALTMANN, 2007a).

O relato sobre o uso da pílula do dia seguinte como método contraceptivo constituiu preocupação, visto que este pode estar relacionado ao incremento e à facilidade de acesso dos jovens ao medicamento ou à associação errônea desta com a pílula anticoncepcional, pois a mesma deve ser utilizada em casos de emergência, como na vigência de uma violência sexual, em que a agredida não teve a possibilidade de proteção contra a gravidez, sendo que seu uso contínuo e indiscriminado pode ocasionar a diminuição de sua eficácia. No entanto, para Brandão e Heilborn (2006), o domínio da contracepção está inserido

em um processo de aprendizagem e de tomada de decisões, no qual o conhecimento dos métodos não é decisivo.

O uso do preservativo masculino está associado às relações afetivas instáveis, que tendem a ser abolidas quando essa relação ganha estabilidade, caracterizando contrato de monogamia. O problema consiste na interrupção desse contrato, que por sua vez, pode elevar a vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis e gravidez.

Fontes de informações sobre sexo

Embora o conhecimento não pressuponha mudança de vivência no exercício do sexo e sexualidade, os adolescentes necessitam de acesso a informações atualizadas, nas quais se incluem direitos reprodutivos e sexuais, assim como a serviços de saúde e de educação com profissionais capacitados para atendê-los, para que ocorra diminuição da vulnerabilidade de gênero para a paternidade/maternidade (ALMEIDA; HARDY, 2007). A partir dessa prerrogativa, solicitamos aos adolescentes que indicassem as fontes de informações que tinham acesso sobre sexo e sexualidade, utilizadas como suporte de conhecimento e atualização, dirimindo, portanto, suas dúvidas.

As formas mais frequentes de fontes de informações sobre sexo foram: amigos (13,4%), seguido pela associação de amigos e livros/revistas (10,4%), e, parcela semelhante não informou a fonte (10,4%). Os pais e livros/revista foram responsáveis por 4,5% das respostas de cada um, escola e internet, ambos com 3%, e professores e televisão, ambos com 1,5%. Uma opção foi incluída por um estudante: a Bíblia/Igreja Católica (1,5%). As demais respostas foram associação de opções.

Esses achados estão correlacionados aos de outra pesquisa, que identificou com quem os adolescentes compartilhavam informações e diálogos sobre assuntos relativos à sexualidade, constatando que os mesmos conversavam mais frequentemente com os amigos (BORGES; NICHIAITA; SCHOR, 2006). Portanto, as barreiras para manutenção de diálogo entre pais e filhos podem estar localizadas na dificuldade que os pais têm de manter canal aberto de discussão, decorrente da conjuntura das relações parentais, influenciadas pelo contexto sociocultural e modelo no qual eles cresceram.

Essa assertiva é compartilhada por Almeida e Centa (2009), pois na vivência dos pais em relação à educação sexual de filhos, alguns conseguiam conversar com tranquilidade, mas outros indicavam dificuldades na comunicação, sendo estas relacionadas à educação recebida, contudo, reconheciam o papel da escola como educadora e aliada na educação sexual de seus filhos. Na opinião de Brandão e Heilborn (2006), quando a prática sexual dos(as) filhos(as) não é discutida na família, aspectos desta prática, como o gerenciamento da contracepção, tornam-se mais difíceis para os adolescentes, no entanto, as autoras alertam para o fato de que a ciência dos pais sobre essa atividade sexual não significa que esse controle seja feito.

Como a interlocução das relações parentais no diálogo sobre sexo e sexualidade são frágeis ou às vezes inexistentes, o eixo da aprendizagem é deslocado para outros

grupos da rede social de apoio dos jovens ou, ainda, pela própria experimentação. Ademais, destacamos a baixa referência, por parte dos estudantes, à figura do professor como elemento de suporte de conhecimento e atualização relativa às dúvidas sobre sua sexualidade. Podemos apontar como hipóteses para justificar essa referência a ausência de relação de confiança entre professor/estudante e/ou de discussão na escola sobre a temática. Sugerimos que a última hipótese seja mais plausível no contexto pesquisado, uma vez que ao solicitar que os estudantes indicassem a forma como os professores abordavam as questões sexuais em sala de aula, o discurso mais frequente foi que estes não tratavam do tema. Uma discussão mais aprofundada da temática será realizada na seção posterior.

A maior parte dos adolescentes participou de palestras que abordavam o tema sexo e adolescência (76,1%). Destes, 98%, concordaram que esses momentos contribuíram para esclarecer suas dúvidas. Em geral, tendemos a pressupor que o acesso à informação seja fator que induz os adolescentes às transformações imediatas nas práticas sexuais, instaurando conduta de autoproteção que eliminaria possíveis riscos reprodutivos e sexuais, no entanto, tal disciplinamento dificilmente é compatível com a geração dos sentimentos de autoconfiança e segurança no exercício da sexualidade (BRANDÃO; HEILBORN, 2006).

O acesso às fontes de informações pode melhorar a reflexão e o processo de negociação do uso do conhecimento dos adolescentes para proteção e vivência consciente da prática sexual, no entanto, essas discussões ainda estão centradas e restritas à prevenção da gravidez e das infecções sexualmente transmissíveis (JARDIM; BRÊTAS, 2006). Esse saber localizado sob a égide biológica é indicado pelos estudantes quando referem que poucos são os professores que abordam essa temática em sala de aula, estando restrita aos docentes de biologia, com conteúdos voltados à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e ao uso do preservativo masculino.

Percepção dos(as) estudantes quanto à abordagem de professores(as) sobre as questões sexuais

A abordagem de professores sobre as questões sexuais foi identificada pelo método DSC, do qual se verificaram três ideias centrais síntese que emergiram três DSC. As ideias centrais foram: ausência de abordagem sobre as questões sexuais; rara abordagem sobre o assunto; e frequente abordagem e esclarecimento sobre o assunto. A maior parte dos estudantes concordavam que os aspectos pedagógicos da educação sexual no contexto escolar eram pouco explorados em sala de aula, acontecendo de modo pontual e incipiente.

DSC/IC 1 - Ausência de abordagem sobre as questões sexuais

A IC 1 foi a mais frequente entre as respostas dos adolescentes. Estes afirmaram que os(as) professores(as) não abordavam a temática sexual em sala de aula. A maioria

dos que afirmaram foram estudantes do 2º ano do Ensino Médio. Essa ideia-chave é representada no DSC 1, em que os estudantes, além de afirmarem que professores(as) não abordavam a educação sexual em sala de aula, indicaram que mesmo quando eram interpelados por essas questões, havia fuga do assunto. Nesta perspectiva, o tema era suscitado no ambiente pedagógico. No entanto, não havia preocupação em ouvir as demandas dos adolescentes.

Eu não vi nenhum professor abordando as questões sexuais. Não abordam questões sexuais, eles nem tocam no assunto. Fogem do assunto, nunca comentam sobre esse assunto. Eles não abordam o tema. Eles nem falam, mal comentam sobre esse assunto. Não tratam diretamente sobre o assunto (...). É sempre nada de sexo. Não há um momento voltado para esse assunto. Poderiam existir aulas sobre o assunto para esclarecer dúvidas, e passar informações aos alunos.

Ribeiro, Souza e Souza (2004), ao pesquisarem as pedagogias escolares de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental, constataram que nesse processo não foram consideradas as aprendizagens que as crianças traziam de suas experiências cotidianas, nas quais estavam inscritos determinados atributos sociais em seus corpos, configurando suas sexualidades.

Outro elemento apontado no discurso foi o tratamento indireto atribuído à discussão sobre sexo, o que sugere que a abordagem de duplo sentido ou subliminar pode estar presente, permitindo que o assunto resulte em interpretação individual e, portanto, não aplicado de forma uniforme. O caminho de superação sugerido, segundo a percepção estudantil, está voltado para aulas específicas, momento ideal para esclarecimento de dúvidas e ocorrência do repasse de informação. Essa compreensão demonstra que os estudantes não internalizaram a ideia da transversalidade do tema, isso pode estar relacionado à carência de vivência pedagógica/educacional que esteja pautada nesse pressuposto, associado ao conceito de aprendizagem como repasse de conteúdo e informação.

Essa vivência estudantil parece estar intimamente relacionada à forma como as aulas são conduzidas, refletindo a realidade do processo ensino/aprendizagem no qual estão inseridos, uma vez que professores, em geral, estão preocupados em transmitir informações e encontram dificuldades em ampliar o conhecimento a partir dos saberes dos adolescentes, privilegiando os enfoques biologicista e higienista (SILVA; MEGID NETO, 2006).

DSC/IC 2 – Rara abordagem sobre o assunto

A IC 2 relata que poucos professores discutiam sobre o assunto, ou seja, raramente enfocavam. Esse discurso foi encontrado, frequentemente, entre os estudantes do 1º ano do Ensino Médio. No discurso citado, constatamos que mesmo quando o assunto era abordado no ambiente da sala de aula, eram poucos professores que o faziam, mesmo

assim, não falavam muito e sua atuação ficava restrita apenas quando solicitado ou ainda quando compunha o ‘conteúdo’ localizado no mapa curricular, que o tornava assunto obrigatório. A referência ao docente de Biologia que se não era o único a abordar a temática, pelo menos era o único a ser lembrado.

Raramente abordam. O assunto não é muito falado em sala de aula, quase não falam sobre este assunto. Falam pouco sobre isso, quase nunca eles falam, mal falam sobre isso. São poucos os professores que falam sobre o sexo, às vezes algumas professoras falam, mas não muito. Alguns não falam muito sobre o assunto (...) outros que falam, nos explicam e tiram nossas dúvidas quando perguntamos algo a eles. Apenas um professor aborda o assunto. A única professora que nos fala disso é a de biologia. Quando o assunto é sexo a gente só fala quando é assunto de livro. Poderia ser mais frequente.

As aulas de Ciências ou de Biologia são responsáveis pela inserção do tema sexualidade, visto que este integra os livros didáticos das disciplinas denominadas de científicas, constituindo essas aulas espaços únicos para que a escola trate sobre sexualidade (KRASILCHIK, 2000; ALTMANN, 2007b). Vale lembrar que, embora no espaço escolar as discussões sobre a sexualidade estejam localizadas, estreitamente, nas Ciências Naturais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) não sugerem que o debate do corpo, enquanto matriz da sexualidade, seja realizado simplesmente sob o ponto de vista das Ciências anatômico-fisiológicas, mas incluído além dessa dimensão, nas psicológica e social (BRASIL, 1998).

Mesmo o tema inserido no âmbito curricular, não há garantias de que o mesmo seja ministrado, pois, segundo Stromquist (2007), há fatores que estão relacionados à dificuldade de cobertura dos temas curriculares na América Latina, os quais são: grande número de professores com pouca habilidade no campo de gênero, heterogeneidade das turmas, curta duração das aulas e do ano letivo, e inexistência de livros didáticos com foco nas questões de gênero. Para Jardim e Brêtas (2006), os professores do Ensino Fundamental e Médio de escolas públicas municipais de Jandira-SP estavam inseguros quanto ao conhecimento e à prática sobre a educação sexual, mantendo-se restritos aos livros pedagógicos de Ciências e Biologia, os quais se limitam a abordar temas voltados para os aspectos de anatomia e fisiologia da reprodução, prevenção da gravidez e das infecções sexualmente transmissíveis.

DSC/IC 3 – Frequente abordagem e esclarecimento sobre o assunto

A última IC que originou o DSC 3 referiu que professores abordavam com mais frequência e esclareciam dúvidas sobre as questões sexuais em sala de aula. O DSC 3 foi encontrado, em geral, entre os adolescentes do 1º ano do Ensino Médio. No discurso, havia relatos adjetivados de como os estudantes percebiam a forma como professores enfocavam o tema sexo/sexualidade em sala de aula, embora tenha sido o menos frequente entre os três DSC.

Eu acho muito bom. Os professores falam sobre sexo de uma maneira simples, de forma coerente, com bastante frequência em aulas específicas e conversando formalmente, de forma muito natural, de um modo que a gente possa entender, com cuidado, ou seja, sendo discretos, mas dando informações, nos dão muitas informações, esclarecem muitas dúvidas e nos conscientizam dos riscos de sexo sem segurança, falam, dão conselhos, explicam como é, tiram dúvidas, nos dão informações. Para usar camisinha, antes de fazer sexo com o seu parceiro para não ter doenças. Abordam com tranquilidade, com aulas interessantes, esclarecendo dúvidas e dando conselhos.

As discussões estavam restritas às aulas formais, descritas como específicas, sendo que professores apresentavam abordagem simples, coerente, formal, natural e linguagem acessível, em que, nesses momentos, eram transmitidas informações, esclarecimento de dúvidas e aconselhamento sobre o sexo seguro, uso do preservativo masculino e, conseqüente, prevenção das infecções sexualmente transmissíveis.

A tendência de localizar essas discussões entre os aspectos biopatológicos tem relação direta com a ênfase do discurso científico centrado nas ciências naturais, de modo particular, na Biologia, e a partir dela se estabelecem relações de poder. Nesta perspectiva, a construção social das formas de conhecimento, entre elas, de forma especial, o método científico, e das fronteiras internas e externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder e não movimentos em direção à verdade (HARAWAY, 1995).

O conteúdo produzido pelas ciências biológicas permite que sejam ampliadas as diferenças entre os sexos como fato natural que, por seu turno, separa os indivíduos em categoria binária e dicotômica, quando de fato são parte dos arranjos sociais vigentes em diferentes épocas (CITELI, 2001). Associado ao conhecimento produzido, a ciência vai ampliando cada vez mais o seu papel fundamental na construção de argumentos para o debate ideológico rumo à preservação da sexualidade como algo natural e, portanto, passível de transformação, refinamento e controle. Essa definição, a partir da oposição natureza/cultura, oriunda do Iluminismo, tem sido fundamental para embasar os modelos de relações de gênero (ROHDEN, 2003).

Portanto, o processo de ensino-aprendizagem pautado nos elementos ou em estratégia discursiva do ponto de vista das ciências biológicas é por um lado, no mínimo, insuficiente para abranger a complexidade da discussão que se gera em torno das diferentes práticas sexuais, sexualidade e gênero, e por outro lado, acentua a visão essencialista de tais diferenças.

Os adolescentes indicaram que a atuação docente era realizada com cuidado associada à ideia de discrição, denotando que essa abordagem, ainda, era promovida com dificuldade. O uso da palavra cuidado é aplicado no sentido de ser território de perigo e que é necessária atenção e segurança para se tratar dessa temática. Isso aponta para a necessidade de formação específica, que contemple a diversidade sexual presente no universo escolar, pois o currículo possui matriz, predominantemente, masculina e heterossexual. Neste ponto, sexualidade, educação sexual e sua diversidade se referem

a práticas de liberdade e deve ser transcendida para outras possibilidades de saber e de amar (CÉSAR, 2009).

CONCLUSÕES

A abordagem quanti-qualitativa permitiu realizar generalizações e iniciar essas considerações finais, sintetizando-as no intuito de localizar o ponto de partida e o de chegada.

A escola pública estudada, no turno matutino, foi caracterizada por adolescentes do gênero feminino, solteiras, católicas, com renda mensal total superior a um salário mínimo vigente, que residiam em casa própria com média de cinco pessoas. Embora se tenha o retrato social das pesquisadas², outros elementos precisariam ser apurados para conhecer o estrato social ao qual elas pertenciam, no entanto, não foram realizados por não constituir objetivo desta pesquisa.

Menos da metade das estudantes tinham vida sexual ativa, no entanto, houve variação quanto ao gênero. A média de idade de início da vida sexual situou-se em torno dos 15 anos, em que não havia determinada periodicidade e as relações eram heterossexuais. Poucas adolescentes engravidaram e mais da metade das garotas referiram usar a camisinha em suas relações sexuais, no entanto, o preservativo masculino não era entendido como método contraceptivo, sendo que o método mais frequentemente usado era a pílula do dia seguinte. Quando se cruzam os dados de gênero com a frequência do uso da camisinha e gênero com método contraceptivo, em ambas as situações, as mulheres foram maioria ao afirmar que sempre usavam o preservativo masculino e como método contraceptivo utilizavam a pílula do dia seguinte.

As estudantes buscavam como fonte de informação sobre sexo e sexualidade a conversa com amigos e já participaram de palestras que abordavam a temática, nas quais esses momentos foram esclarecedores para as dúvidas que possuíam.

Por meio do DSC, observamos que na percepção das adolescentes do Ensino Médio, professores não abordavam as questões sexuais em sala de aula. E, quando esteve presente, era procedida de modo pontual, principalmente, por professores de Biologia que obedecia à orientação normativa do livro didático, com ‘conteúdos’ voltados para os aspectos biológicos. As adolescentes, por sua vez, indicaram que o tema era suscitado na sala de aula, no entanto, havia fuga docente do assunto ou às vezes a mensagem era transmitida de forma subliminar. Mesmo com as dificuldades percebidas, algumas adolescentes acreditaram que professores abordavam com mais frequência o tema e isso era suficiente para elas, contudo, complementaram que deveriam ter aulas específicas sobre o assunto.

² Durante todo o texto optamos por usar o gênero masculino na flexão do substantivo. Nesse ponto da pesquisa vamos manter o gênero no feminino, pois, a maioria das adolescentes são garotas, e se deseja, com isso, evitar o uso sexista da regra gramatical.

Desse modo, pode-se deduzir que o processo de ensino/aprendizagem sobre educação sexual no espaço escolar ainda permanece associado às Ciências Naturais, em modelo biologicista sem ser, efetivamente, praticado de forma transversal e interdisciplinar, assim como percebemos despreparo docente relativo à proposta pedagógica crítica e reflexiva.

O caminho que apontamos para a superação das fragilidades percebidas seria o aumento do debate escolar em torno do tema, de forma transversal, o qual extrapole a dimensão biológica e considere os aspectos históricos, sociais, culturais e políticos de uma sexualidade brasileira generificada. Entretanto, isso somente se efetivará quando houver formação docente, acadêmica e continuada, que desenvolva habilidades necessárias para a consecução desse objetivo.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, R. A. et al. Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes. *Ciência & Educação*, v.14, n.1, p.159-168, 2008.
- ALMEIDA, A. C. C. H.; CENTA, M. L. A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a enfermagem. *Acta Paulista de Enfermagem*, v.22, n.1, p.71-76, 2009.
- ALMEIDA, A. F. F.; HARDY, E. Vulnerabilidade de gênero para paternidade em homens adolescentes. *Revista Saúde Pública*, v.41, n.4, p.565-572, 2007.
- ALTMANN, H. Educação sexual e primeira relação sexual: entre perspectivas e prescrições. *Estudos feministas*, v. 15, n. 2, p.333-356, 2007a.
- _____. A sexualidade como foco de investimento político-social. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.46, p.287-310, dez. 2007b.
- BORGES, A. L. V.; NICHATA, L. Y. I.; SCHOR, N. Conversando sobre sexo: a rede sociofamiliar como base de promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v.14, n.3, p.422-427, maio/jun. 2006.
- BORGES, A. L. V.; SCHOR, N. Início da vida sexual na adolescência e relações de gênero: um estudo transversal em São Paulo, Brasil, 2002. *Cadernos de Saúde Pública*, v.21, n.2, p.499-507, 2005.
- BRANDÃO, E. R.; HEILBORN, M. L. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v.22, n.7, p.1421-1430, jul. 2006.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, 1998.
- _____. Ministério da Saúde. *Portaria nº980 de 21 de dezembro de 1989: define objetivos, diretrizes e estratégias para o programa de saúde do adolescente, indivíduos de 10 a 19 anos*. Brasília, 1989.
- CARNEIRO, M. A. *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo*. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CARRARA, S. et al. (Org.). *Gênero e diversidade na escola: formação de professores(as) em gênero, sexualidade, orientação sexual e relação étnico-raciais*. Volume II. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CARVACHO, I. E.; SILVA, J. L. P.; MELLO, M. B. Conhecimento de adolescentes grávidas sobre anatomia e fisiologia da reprodução. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v.54, n.1, p.29-35, 2008.

CÉSAR, M. R. A. *Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia"*. Educar, n.35, p.37-51, 2009.

CITELI, M. T. *Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento*. Estudos Feministas, v.1, ano 9, p.131-145, 2001.

FARIA, V. E. *Políticas de governo e regulação da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos*. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1989.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 19.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009. (Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque).

FURLANI, J. Mulheres só fazem amor com homens? A educação sexual e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. *Pró-Posições*, v.19, n.2, supl. 56, maio/ago. 2008.

GUIMARÃES, A. M. A. N.; VIEIRA, M. J.; PALMEIRA, J. A. Informações dos adolescentes sobre métodos anticoncepcionais. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v.11, n.3, p.293-298, 2003.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v.5, p.7-41, 1995.

JARDIM, D. P.; BRÊTAS, J. R. S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira-SP. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v.56, n.2, p.157-162, mar./abr. 2006.

KRASILCHIK, M. Reformas e realidade: o caso do ensino das ciências. *São Paulo em Perspectiva*, v.14, n.1, p.85-93, 2000.

LÈFEVRE, F.; LÈFEVRE, A. M. C. *Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social*. Brasília: Líber Livro, 2005.

LÈFEVRE, F.; LÈFEVRE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. *Discurso do Sujeito Coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2000.

LEOPARDI, M. T. *Metodologia da Pesquisa de Saúde*. Santa Maria, RS: Pallotti, 2001.

MARTINS, L. B. M. et al. Conhecimento sobre métodos anticoncepcionais por estudantes adolescentes. *Revista Saúde Pública*, v.40, n.1, p.57-64, 2006.

MIGUEL, R. B. P.; TONELI, M. J. F. Adolescência, sexualidade e mídia: uma breve revisão da literatura nacional e internacional. *Psicologia em Estudo*, v.12, n.2, p.285-293, 2007.

PAIVA, V.; ARANHA, F.; BASTOS, F. Opiniões e atitudes em relação à sexualidade: pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005. *Revista Saúde Pública*, v.42, supl. 1, p.54-64, 2008.

RIBEIRO, P. R. C.; SOUZA, N. G. S.; SOUZA, D. O. Sexualidade na sala de aula: pedagogias escolares de professoras das séries iniciais do ensino fundamental. *Estudos Feministas*, v.12, n.1, p.109-129, jan./abr. 2004.

ROHDEN, F. A construção da diferença sexual na medicina. *Cadernos de Saúde Pública*, v.19, supl. 2, p.S201-S212, 2003.

SANTOS, I. M. A cultura do consumo e a erotização na infância. *Extraprensa*, v.1, n.4, p.1-20, 2010.

SILVA, R. C. P.; MEGID NETO, J. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. *Ciência & Educação*, v.12, n.2, p.185-197, 2006.

STROMQUIST, N. P. Qualidade de ensino e gênero nas políticas educacionais contemporâneas na América Latina. *Educação e Pesquisa*, v.33, n.1, p.13-25, jan./abr. 2007.

TAQUETTE, S. R.; VILHENA, M. M. Uma contribuição ao entendimento inicial sexual feminino na adolescência. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.13, n.1, jan./mar. 2008.

VIEIRA, E. S. Sexualidade feminina e masculina. In: BARROS, S. M. O.; MARIN, H. F.; ABRÃO, A. C. F. V. *Enfermagem obstétrica e ginecológica: guia para a prática assistencial*. São Paulo: Roca, 2002. p.79-101.

Recebido em: out. 2011

Aceito em: jun. 2012